

**ASSIMETRIAS DO CAPITALISMO: OS EFEITOS DA “NOVA” ECONOMIA
PARA A DINÂMICA COMERCIAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**CAPITALISM INEQUALITY: THE EFFECTS OF "NEW" ECONOMY FOR
COMMERCIAL DYNAMICS IN VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**DESIGUALDADES DE CAPITALISMO: LOS EFECTOS DE LA "NUEVA"
ECONOMÍA PARA LA DINÂMICA COMERCIAL EN VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA**

Roney Gusmao Carmo
guzmao@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ana Elizabeth Santos Alves
ana_alves183@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo foi estruturado a partir de estudos feitos sobre a realidade econômica de Vitória da Conquista nos últimos anos. Esta cidade presenciou alterações significativas na sua configuração comercial, principalmente devido o ingresso de grandes empreendimentos de capital externo. Assim, a estruturação de um comércio mais sincronizado às tendências do capital internacional refez as relações econômicas, impactando o desenho espacial urbano e sugestionando novos fetiches de consumo. A partir de entrevistas realizadas junto a comerciantes e comerciários locais, ficou evidente o quanto a forma pela qual os sujeitos interpretam tais mudanças perpassa por experiências pessoais, que corroboram para entendimento dos resultados ambíguos da “nova” arquitetura do capital.

Palavras-chave: capitalismo, espaço urbano, comércio, economia.

Abstract: This article is structured from studies done on the Vitória da Conquista City economic reality in recent years. This city has seen significant changes in its commercial configuration, mainly because the inflow of large enterprises to foreign capital. Thus, the structuring of more synchronized business trends of international capital recovered economic relations, impacting the urban space and suggesting new fetishes consumption. From interviews with local merchants and commerce, it became clear how much the way in which the subjects interpret such changes permeates personal experiences that corroborate understanding of ambiguous results of the "new" capital architecture.

Keywords: capitalism, urban space, trade, economy.

Resumen: Este artículo se estructura a partir de estudios realizados sobre la realidad económica de Vitória da Conquista en los últimos años. Esta ciudad ha sido testigo de cambios significativos en su configuración comercial, principalmente debido a la entrada de las grandes empresas de capital extranjero. Por lo tanto, la estructuración de tendencias de negocios más sincronizados al capital internacional ha reconfigurado las relaciones económicas, afectando el diseño espacial urbano y sugiriendo nuevos fetiches

de consumo. A partir de entrevistas con los trabajadores locales, se hizo evidente que la forma en que los sujetos interpretan estos cambios se impregna de experiencias personales que corroboran la comprensión de los resultados ambiguos de la "nueva" arquitectura del capital.

Palabras clave: capitalismo, espacio urbano, comercio, economía.

Introdução

Vitória da Conquista é a terceira mais populosa cidade do Estado da Bahia, totalizando pouco mais de 300 mil habitantes. Como em diversas cidades de porte mediano no Brasil, Vitória da Conquista nesses últimos anos teve um crescimento econômico muito apoiado no setor terciário, realçado por um poder de polarizar clientela de regiões circunvizinhas e pelo ingresso acentuado de empreendimentos de capital externo. Desde os anos 1970, o comércio foi se tornando uma atividade altamente relevante para movimento econômico local, empregando grandes contingentes de trabalhadores e fomentando o desenvolvimento de serviços associados ao varejo.

Todavia, marcantes alterações ocorreram no contexto econômico da cidade nas últimas décadas, especialmente devido à invasão de macroempreendimentos estrangeiros no cenário comercial da cidade. Se até os anos 1990, o comércio conquistense era marcado por regionalismos, dominado exclusivamente por micronegociantes locais; foi a partir dos anos 2000 que um cosmopolitismo redesenhou o espaço urbano, impondo novos critérios para permanência na cena concorrencial.

Tão logo, uma avalanche de logomarcas, erigidas pelo expansionismo do capital transnacional, passou a fazer parte da silhueta urbana, movendo novos fetiches e equalizando o perfil do consumidor a tendências globalizadas. A partir disso, tais alterações interagiram com a subjetividade dos moradores locais, pois, no remonte dos cenários comerciais, com a sobreposição de ícones do capital, discursos são elaborados, representações são arrebatadas e significações capturadas.

Evidentemente, quando tratamos do fetichismo da mercadoria, estamos considerando a base material por onde esse processo ocorre, levando em conta também as subjetivações dele advindos. Assim, falar do consumo implica em tratar de significados e ideologias ingressantes no cerne do imaginário humano, seduzido por uma racionalidade econômica embrutecedora e articulada aos intentos auspiciosos do nexo capitalista. Disso resulta que a análise que aqui propomos implica em considerar o

movimento dialético do expansionismo capitalista, mas também tratar dos discursos advindos desse processo e dos engajamentos implícitos na ideologia do consumo.

É importante salientar que a fetichização da mercadoria não é novidade inaugurada pelo “novo” capitalismo flexível, porém o que se tem observado em Vitória da Conquista é a amplitude desse fenômeno, marcado pelo ingresso de uma lógica ainda mais predatória do capital. Se por um lado o espaço urbano conquistense tenha sido “brindado” com “estrangeirismo”, capaz de gerar uma sensação de cosmopolitismo, por outro, tal fenômeno agudizou exclusão de grande contingente de trabalhadores e monopólio de consumo entre um grupo restrito de grandes conglomerados.

Por efeito, a magnitude dos grandes empreendimentos encheram os olhos dos transeuntes pelas fachadas suntuosas e pela extravagância das megaengenharias, entretanto o que este gigantismo omitia era a segregação implícita nesta “nova” arquitetura do capital que aportara na cidade. Destarte, os micronegociantes locais foram asfixiados pelos novos critérios de existência na economia, acuados por uma sensação de obsolescência e pelo acirramento da disputa por clientes. Tão logo, constrangidos pelas condições severas impostas à economia local, os pequenos empreendedores migraram para um território mais marginal do centro que hoje se qualifica por comércio popular.

Foi percebendo a amplitude e complexidade dessas mudanças que surgiu o desejo por interpretar os efeitos da acumulação flexível para a economia em Vitória da Conquista, cuja dinâmica tem evidenciado, com especificidades, as consequências escancaradas de uma economia cada vez mais perversa. Além disso, é do nosso objetivo entender as formas pelas quais a ideologia capitalista se transfigura e interpenetra na subjetividade de pessoas em sua vida cotidiana, sendo oportuno interpretar os discursos e sua imbricação dialética ao tempo histórico que contorna os sujeitos.

Para tal análise, trilhamos um percurso teórico capaz de esboçar a historicidade das remodelagens aplicadas pelo capitalismo, de modo a perceber a forma pela qual tal processo adentra os muitos nichos e recompõe muitas das relações sociais. Na etapa empírica, entrevistamos dois grupos de sujeitos:

- i. Microempreendedores locais: em Vitória da Conquista elegemos comerciantes dentro dos mais variados ramos do comércio varejista. Nesta etapa, tentamos variar em critérios como idade e sexo, objetivando extrair relatos que permitam entender a forma como esses sujeitos visualizaram a transformação local, sendo também relevante para a análise das articulações traçada entre o tempo

histórico que recortamos e os discursos esboçados por sujeitos em seu espaço de cotidianidade. Assim, cada relato de experiência era levado em consideração como fonte de análise e percepção da articulação dialética entre os personagens narrados e o tempo histórico.

- ii. Empregados do comércio local: Foram aplicados cinquenta questionários a comerciários dos mais variados ramos de atuação, com o objetivo de extrair os discursos acerca da realidade vivenciada pelos sujeitos. A partir desse grupo, selecionamos doze trabalhadores para entrevistas realizadas no local de trabalho. Com isso, foi possível observar a dinâmica do trabalho, bem como possíveis assimetrias entre discursos narrados e discursos transcritos. Objetivamos perceber os relatos dos sujeitos e traços de uma memória herdada a partir do convívio com pessoas que vivenciaram outros momentos do comércio local.

Através das fontes empíricas, ficou evidente as muitas formas de interpretação do fenômeno econômico aqui tratado, cujos discursos muito se associam a variáveis diversas, que vão desde a classe social, a trajetória familiar ou a experiência pessoal dos sujeitos no cotidiano fora do trabalho. A partir daí, foi surpreendente perceber que não é consensual a percepção dos impactos negativos do processo expansionista do capital, pelo contrário, a experiência individual corrobora significativamente para entendimento da realidade circundante, até mesmo porque o gozo fugidio oferecido pelo fetichismo da mercadoria confere um precário sentimento de inclusão.

A espacialização do capital

No estudo aqui relatado não concebemos o espaço urbano como um amontoado aleatório de objetos, erigidos espontaneamente ao atendimento de demandas locais. Muito menos restringimos à percepção do emaranhado de formas urbanas como substrato autêntico das identidades materializadas na estrutura cidadina. Para além, o espaço, como observamos, é produto caótico e conflituoso de uma sociedade desigual, carregada de bifurcações e assimetrias, cujos sentidos se materializam na existência social e, mais perversamente, nas estruturas urbanas dinamizadas pela história.

Nesse conceito, a ideia de movimento é imprescindível, pois toda imobilidade espacial é ilusória aos sentidos, sendo, então, incongruência perceber as cidades como empiria estática de valores cristalizados nos cenários que compõe a vida diária. Tão logo,

cada rua, monumento, praça ou edifício contém história que interpenetra os poros de cada forma concreta que se emoldura. Dessa forma, o espaço é,

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46)

Noutros termos, o espaço, como tratamos, não é porção conclusa, sedimentada no presente por objetos rígidos, mas é fruto da contradição histórica das relações sociais que se complexificam à medida que coadunam o ontem e o hoje na sua materialidade.

Essa abordagem é útil para aqui entendermos o quanto os espaços urbanos têm sido remontados com vistas ao atendimento das demandas do capital. Cada infraestrutura erigida, direta ou indiretamente, garante o fluxo de mercadorias e extirpa quaisquer entraves à lógica da acumulação. Nos últimos anos, por exemplo, diversas cidades de porte mediano no Brasil, foram reestruturadas para atendimento de uma gama considerável de macroempreendimentos famintos por novos nichos de consumo. Como resultado, seguiu-se um adensamento de engenharias modernas, com poder de fascínio sob o pretensioso slogan do “crescimento econômico”.

A partir disso, fica claro o quanto os reincrementos nas estruturas espaciais obedecem a racionalidades bastante precisas que, embora fetichizem primeiros olhares, têm nas entrelinhas a face mais cruel de um sistema excludente. Com uso desta propriedade, o “novo” capitalismo flexível convoca padrões desiguais de desenvolvimento, com uma revitalização plastificada por emblemas e logomarcas tão rotineiras nos grandes centros urbanos capitalistas.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilita cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1993, p. 140).

Mas, mesmo diante do agravamento da desigualdade e das tragédias sociais resultantes dos padrões concentradores da economia capitalista na “pós-modernidade”, como o pujante crescimento econômico induzido pela flexibilidade dissimula a exclusão

social? Como garantir o fetichismo da mercadoria diante do agravamento da exclusão e das turbulências de um sistema marcado por crescimentos instáveis? Em grande parte, pela carga ideológica que insiste em formar homens e mulheres capitalistas. Essa constatação foi visível através dos entrevistados, uma vez que discursos vinculados à ideia de consumo antecederam o aporte dos macroempreendimentos na cidade. Antes mesmo de que a economia local sofresse o processo de transnacionalização, a subjetividade, o desejo e a fantasia dos sujeitos já haviam sido transnacionalizadas.

Não por acaso, desde os anos 1980 os apelos de um padrão cosmopolita de vida urbana, veiculados pelo ideal *American Way Of Life*, massificavam signos de consumo que seduziam em direção a uma cidadania subordinada ao fetichismo. Por esta razão, seria imprudência subestimar o poder perpassante do discurso que se monta com o “novo” capitalismo, realçado pela globalização da economia, que “conseguiu sequestrar nossa imaginação, fazendo-a prisioneira do imutável” (CEVASCO, 2006, p. 137).

A arquitetura ideológica do capital se interpôs, inclusive, no desenho espacial como parte integrante do pacote de reconfigurações autoritárias no atual contexto econômico. Embora existam temporalidades distintas entre os muitos centros urbanos, a racionalidade seguiu uma lógica semelhante, que moldou as formas urbanas ao serviço da circulação de mercadorias, que, por sua vez, naturalizam a gentrificação pelo pretexto de uma modernização conservadora.

Assim, não queremos incorrer o risco de uma análise determinista, mas entendemos que a remodelagem das formas urbanas inspira sentidos e interage com a subjetividade, insinuando condutas e atraindo para um engajamento aos padrões comportamentais do “homem moderno”. Sobre essa ideia, Milton Santos chama atenção para o processo vertiginoso de internacionalização da produção com exemplos pertinentes.

[...] os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a produzir os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade vem

exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996, p. 56).

O autor denuncia o estranhamento provocado pela globalização, capaz de acentuar a alienação dos sujeitos em relação as intencionalidade mercantis que invadem a vida social. Essa alienação é agonizada pela internacionalização da produção, que distancia o sujeito da “coisa” carregada de conflituosidade. Assim, o manuseio (ou o comportamento) requerido pela “personalidade” intrínseca ao objeto em questão se torna estranho, alienado e alienante. Com isso, um dos efeitos dessa globalização perversa é o fissuramento das relações sociais traçadas no interior desse modo de produção, cuja devoção aos padrões de comportamento cada vez mais distantes ocasiona uma ambígua sensação de desfiliação e não reconhecimento. Noutros termos, cada engajamento à lógica transnacional induz ao desengajamento à lógica local, resultando num homem cada vez mais trincado em suas filiações e destituído de identidade.

Também é interessante sublinhar a abordagem do autor, ao fazer uso do exemplo da hidrelétrica. Santos relata uma situação bastante comum: transformações estruturais, articuladas a decisões políticas e econômicas que se impregnam de discursos. Não por acaso, gigantescas empreitadas normalmente adquirem uma rápida e consensual aceitação em meio à sociedade, simplesmente porque estão sempre envoltas por pacote ideológico que, antes de tudo, têm a função de tornar mais palatáveis as mudanças que arrastam. Assim, discursos precisam anteceder obras desse porte porque eles preparam o terreno e apaziguam formas de resistência que sirvam de obstáculo ao fluxo de capitais.

Este exemplo é bastante cabível para o presente texto, pois permite entender todo invólucro de discursos que afetou a cidade que estudamos nos anos 1990, período marcado pela disseminação da cartilha neoliberal, especialmente em programas de treinamento, que apregoaram a modernização como evolucionismo natural da sociedade. Um neodarwinismo social que encontrou terreno fértil com a massificação do linguajar empreendedor e com a captura da subjetividade entre os trabalhadores naquela oportunidade (ALVES, 2011). Com isso, o terreno estava sendo fertilizado para que os anos 2000 trouxessem uma parafernália de novas megaestruturas e neutralizassem qualquer levante reacionário que impedisse o “futuro” de chegar. Semelhante ao discurso sobre a positividade da hidrelétrica e seus promissores benefícios, a acumulação flexível também aportou envolta por esse discurso otimista, e carregado de uma promessa inclusiva que não se cumpriu.

Espaço, representações e memórias

Entendemos que o espaço pode se tornar *lócus* onde forças poderosas tentam prevalecer, seja eclodindo rupturas desconfortáveis que perturbam o senso de pertença, seja insinuando novas formas de filiação. Nessa descaracterização das formas urbanas e dos vínculos identitários ocasionalmente surge um não reconhecimento (ou não pertencimento) ao ambiente citadino.

Enquanto o gigantismo de grandes logomarcas é emoldurado por fachadas extravagantes de uma engenharia moderna, existe um contingente populacional absorto com o aceleração dessas mudanças. A alienação mencionada anteriormente por Santos se acentua, à medida que os sujeitos se veem obsoletos e à margem de uma “nova” engenharia capitalista que se impõe.

Nesse contexto, cada arquitetura antiga, simples e enraizada à história local, vai se tornando ruínosa, em contraste com a engenharia moderna que fisga a atenção dos transeuntes. Os letreiros luminosos, as vidraças espelhadas ou vitrines reluzentes, que margeiam vias centrais das cidades, ofuscam qualquer simplicidade de arquiteturas antigas, que subsistem sufocadas.

Analisando as representações sociais suscitadas no cerne desse processo, os entrevistados manifestaram alguns posicionamentos bastante recorrentes: de modo geral, os entrevistados mais jovens saudavam as mudanças, manifestando orgulho da cidade com o aparente crescimento. Esses jovens não demonstravam nenhuma consternação com a mutilação do “antigo”, que cedia espaço à “modernidade”, pelo contrário, as mudanças eram vistas com satisfação, pois lhes permitia adentrar num universo fetichista sincronizado a tendências globais. Por este motivo que, quando questionados sobre as transformações espaciais da cidade, esses entrevistados recorrentemente relatavam: “... estamos numa nova era” (Felipe, 19 anos), “... a cidade está crescendo” (Mateus, 23 anos), “... Vitória da Conquista agora foi pra frente” (Sandra, 27 anos).

Por outro lado, os entrevistados com mais de 35 anos de idade manifestavam imprecisão, posto que, ora se orgulhavam da sensação de prosperidade que acometia o município, ora se recolhiam à sensação de pequenez diante da magnitude do fenômeno: “... esse crescimento todo ai é para os jovens mesmo” (Mauro, 38 anos); “... a cidade cresceu muito, isso é necessário, mas a gente tem de ter cuidado para não ficar para trás” (Julio, 35 anos).

Outra variável também importante que muito definiu a opinião emitida sobre o tema tratado, é a posição social e a trajetória de vida dos entrevistados. Assim, os microempreendedores locais demonstravam total repúdio aos impactos dos reajustes econômicos vigorantes em Vitória da Conquista no início do século XXI. Logicamente, a intimidação provocada pelos grandes negócios redundou em experiências dramáticas, que variam desde a bancarrota de muitos, a mudança de ramo de outros tanto, até o encolhimento da receita extraída do comércio.

Não raro ouvir os comerciantes lamentarem as mudanças, falando de uma época quando o comércio local gerava oportunidades e atraía um contingente maior de consumidores. O saudosismo do pequeno burguês contrasta com o gigantismo que foi se tornando o comércio conquistense, agora muito mais complexo que outrora.

Assim, a coexistência entre os poucos prédios antigos com o emaranhado de fios, sinalizações de trânsitos e placas de lojas acentua a desarmonia do centro comercial, irradiando sensações dicotômicas, seja de orgulho ou repulsa, de empolgação ou constrangimento naqueles que têm este como lócus de vida e trabalho. A aparência de crescimento falseia o terreno movediço ao qual o processo de transnacionalização comercial tem posto a economia local. É nesse teor que concordamos com Sennet (2007) ao entender a instabilidade como máxima do capitalismo globalizado, como única regra do tempo atual.

O “novo” capitalismo: entre constrangimentos e euforias

Em meio às aceleradas transformações econômicas e espaciais da cidade, os entrevistados com mais de 35 anos se sentiam desconfortáveis, por que não se viam protagonizando a cena. Vitória da Conquista parecia ter se tornado um cenário estranho, que anunciava a obsolescência daqueles que tinham pouca intimidade com o “novo”. Esse sentimento também se convertia em resistência para tratar de temas relacionados aos novos modelos de gestão ou às novas condições impostas pela economia. Ficava nítida nas narrativas a dificuldade de lidar com as novas estratégias e o perfil inflexível de empreendedores mais velhos que, diante do cenário atual, mantiveram cautela mediante as tendências “modernas”.

Na obra “A corrosão do caráter”, Sennet (1999) faz uma reflexão pertinente ao que ora mencionamos. O autor trata do modo como o “novo” capitalismo, afeta o caráter das pessoas porque se baseia no fugidio, no efêmero, no descartável. Ao analisar histórias de

vidas em dois tempos diferentes, Sennet compreende que existe uma nova geração avessa a qualquer forma de rotinização e solidez, como sugestionado no período fordista. A imprevisibilidade, a capacidade de readaptação a circunstâncias adversas, bem como a construção de valores supérfluos, desprendidas de qualquer forma de perenidade são abordados como características típicas do novo modelo de cidadão. A ideia de longo prazo, segundo o autor, se tornou obsoleta, tanto no perfil aventureiro do empreendedor moderno, como nas relações sociais e nos vínculos afetivos. A reestruturação produtiva, então, faz emergir uma nova geração de trabalhadores, igualmente flexíveis, adaptáveis às mais severas condições de deterioração do trabalho e conformados com a superficialidade de vínculos trabalhistas, sociais ou afetivos.

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação em longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento (SENNET, 2007, p. 33).

Para além do discurso empreendedor, a ideologia da economia flexível também atingiu em cheio a subjetividade dos trabalhadores. Os programas de treinamento, tão em voga no Brasil depois dos anos 1990, trataram de moldar o perfil empregável, cujos pré-requisitos transcendiam quaisquer habilidades com tarefas corriqueiras. Agora, o espírito de liderança, o “vestir a camisa” da empresa ou a proatividade se tornaram parte de um linguajar repetitivo entre trabalhadores. De modo geral, a lógica da meritocrática no modelo flexível nega a empregabilidade para pessoas mais velhas, rejeitando toda forma de ponderação e prudência diante dos riscos na atual configuração econômica.

Ao priorizar trabalhadores mais jovens, como sinalizou Sennet (1999), as empresas reforçam a tentativa de romper com velhas relações de trabalho. O próprio contexto histórico de mudanças confirma a existência de rupturas, todavia se nos remontarmos à concepção marxista que entende o trabalho como um ato sócio-histórico, poderá ser deduzido então, que as experiências concretas da vida cotidiana, como supôs Thompson (1997), corroboram para construção do que se entende por identidade no mundo do trabalho. Ser trabalhador é equiparar-se às demandas vigentes, mas é, também, mesclá-las ao cotidiano de vida que fazem do trabalho a “senha da identidade”, fato que impele as pessoas a “ancorarem sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego” (NAVARRO & PADILHA, 2007, p. 14).

Assim, o autoritarismo do “novo” capitalismo flexível se molda diante dos mais jovens como possibilidade de “evolução” e adequação à dinâmica global, porém, é entre os mais “velhos” que essas mudanças assombram, tanto por sua velocidade, como por sua inconsequência. Soma-se a isso, a crônica alienação dos sujeitos, cada vez mais distantes dos padrões de comportamento circundantes, presenciando o dilaceramento das filiações locais. Tal fato foi observado por Lukács (1992, p. 125) que entende a sociedade capitalista sob “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe ao indivíduo”.

Dessa forma, o poder penetrante do trabalho ideológico advindo da flexibilidade gera fissuras no senso de identidade, tanto porque reestrutura o espaço onde a filiação se apoiaria, como também porque afeta a subjetividade com apelos à “novidade” que arbitrariamente foi aportada nos mais longínquos espaços. Mas, e quando a estrutura material, os valores, bem como os sentimentos é alterada por uma parafernália apelidada de “modernidade”? Onde se apoiaria a identidade? As memórias não seriam suficientes para exercer essa função de apego ao espaço local?

Intercruzando os conceitos de identidade e memórias, é possível observar que a relação presente entre trajetórias pessoais de vida e os usos da memória são carregados de conflituosidade. Isso ocorre porque é no ato de externar memórias e inscrevê-las no coletivo que se intercalam relações de identificação e estranhamento. É na articulação entre a dimensão individual e a pública, onde afinidades e dessemelhanças coexistem que se esgrimam interesses conflitivos e se estabelecem disputas por significados, onde também ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

Por este motivo, tratar das narrativas de diferentes sujeitos significa considerar também a peculiaridade de memórias oriundas de tempos históricos diversos. Se os mais velhos se sentiam acanhados com o próprio discurso e resistiam em externá-lo, tal fato sucedeu porque o saudosismo de um passado recente não mais caberia diante do nexos circundante na sociedade atual. De igual modo, se os mais jovens demonstravam euforia com a “novidade” de um comércio cada vez mais equalizado à mundialização, tal sentimento era impelido pelo desejo de adequação a tendências “modernas” tão em voga.

Conclusão

Foi no fim do século XX, com um vertiginoso processo de privatizações sob o emblema da “modernização”, que eclodiram discursos esperançosos sobre a chegada dos anos 2000. Acreditava-se que a abertura econômica num mercado ainda mais

transnacional, seria capaz de democratizar o acesso às novas tecnologias, criando novas relações sociais e permitindo maior usufruto dos índices de crescimento. (CHOMSKY, 2008). Uma grande ingenuidade acometeu a todos que assim acreditaram, pois se ignorou o fato de que a economia podia crescer e a pobreza aumentar sem que uma coisa impedisse a outra (GENTILI, 2008). Nos anos seguintes, o ânimo esboçado por muitos brasileiros se converteu em frustração, pois as transformações ocorriam numa via unilateral, agravando a exclusão.

A ideia falaciosa de “aldeia global” não apaziguou conflitos, ao contrário, os agudizou à medida que escancarou fissuras nas relações sociais e dissolveu identidades, condensadas pela artificial tentativa de “ocidentalizar” o mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 393): “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Tão logo, a globalização foi se revelando como um fenômeno totalmente desarmônico, capaz de acentuar assimetrias sociais pelo rompimento da individualidade a serviço de um projeto global de subsunção ao nexo do capital.

Essa realidade foi visível em Vitória da Conquista, campo empírico aqui percorrido. Nesta cidade, o início do século XXI foi marcado por nítidos redesenhos do espaço urbano pela imposição de grandes estruturas comerciais vinculados a redes estrangeiras. Com simultaneidade, esses empreendimentos impactaram a dinâmica da economia local, seduziram consumidores e impuseram novas formas de existência na arena comercial.

Evidentemente essas transformações inspiraram discursos entre as pessoas, cujos posicionamentos muito se articulam à trajetória pessoal de vida e às experiências peculiares que despertam diferentes sensações diante do tema aqui tratado, de modo que falar do espaço urbano é também abordar sensações, biografias, anseios e memórias nele diluídos. De forma idêntica, tratar das remodelagens desses espaços, com amputação do “velho” e edificação do “novo”, implica em considerar toda a carga de valores implícitos nesse processo.

Com isso, a “desordem” provocada do “novo” capitalismo flexível interpenetra a subjetividade dos sujeitos, moldando a concretude do espaço urbano, mas também emoldurando sentimentos e inspirando representações.

Por fim, cabe salientar que não concordamos com os binarismos reducionistas, que enxergam a sociedade apenas sob o prisma alienante x alienado. Para além desta ótica, os relatos dos entrevistados mais se associam às trajetórias irrepitíveis de vida e ao lugar ocupado pelos sujeitos do que a meras capacidades eruditas ou não eruditas de

interpretar o mundo. Além do mais, o fato de tratarmos da individualidade dessas interpretações não nega o fato de que cada posicionamento pessoal nunca é imune a inferências sociais, uma vez que todas as memórias e representações são formadas a partir de laços sociais que lhes robustecem e autenticam. Nesses termos, o caráter individual das memórias e representações não as impermeabiliza das inferências valorativas do grupo social e não as imuniza da base concreta de existência por onde elas operam.

Referencias

ALVES, G. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

CEVASCO, M. E. Hibridismo cultural e globalização. Art Cultura, vol. 8, num. 12. Uberlândia: Jan./Jun, 2006. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408> Acesso em 05 de janeiro de 2014.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, P. (org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 5. ed. Petrópolis – RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, G. (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (p. 76-99). (Coleção Estudos Culturais em Educação).

HARVEY, D. Condição pós-moderna. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCÁKS, G. Sociologia. In: NETTO, J. P. Sociologia: Lukács. São Paulo: Ática, 1992.

NAVARRO, V. L. & PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. Psicologia & Sociedade, Ribeirão Preto, Vol. 19. Edição especial 1, jan./2007. p. 39-50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci_arttext. Acesso em 02 de junho de 2013.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec Ed., 1996.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SENNET, R. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 2. ed. Trad. Marcos Santarita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. A cultura do novo capitalismo. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa (Vol. 1): a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Enviado para publicação em: 07/03/14

Aceito para publicação em: 04/08/15